

COMPANHIA DE GÁS DO PARÁ - GÁS DO PARÁ

CNPJ: 08.454.441/0001-75

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Valores expressos em milhares de reais)	Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de reais)	
	2018	2017
1. Contexto operacional: A Companhia de Gás do Pará ("Companhia") é uma sociedade de economia mista, constituída em 22 de novembro de 2006, cujo objeto social é a exploração, com exclusividade, do serviço público de distribuição e comercialização, no varejo e no atacado, de gás canalizado, podendo também explorar outras formas de distribuição de gás natural ou manufaturado, de produção no Estado do Pará, pela União, por terceiros nacionais ou decorrente de importação, para fins industriais, comerciais e residenciais, e qualquer outra finalidade lícita de consumo direto ou como componente de produção, condizente com a tecnologia mais moderna disponível, observando as leis e as normas de proteção ao meio ambiente em todo o território do Estado do Pará. A Companhia poderá explorar jazidas de gás natural existentes e/ou em prospecção para produção e distribuição canalizada mediante concessão da União, em todo o território do Estado do Pará; pode também exercer atividades correlatas à sua finalidade principal, especialmente elaboração e execução de estudos, pesquisas e projetos relacionados com o setor de gás, inclusive sob a forma de prestação de serviços de consultoria técnica a terceiros; pode, ainda, participar de outros empreendimentos cuja finalidade esteja relacionada com seu objeto social, para o que poderá constituir ou participar de outras sociedades, inclusive subsidiárias integrais, assim como explorar a sua infraestrutura disponível, objetivando a prestação de outros serviços. A Companhia é concessionária exclusiva até o ano 2036, prorrogável por mais 30 anos, da exploração dos serviços de distribuição e comercialização de gás canalizado em todo o Estado do Pará, podendo também explorar outras formas de distribuição de gás natural e manufaturado, inclusive comprimido ou liquefeito, ou acondicionado em recipientes de produção própria ou de terceiros, nacional ou importado, para fins comerciais, industriais, automotivos, de geração termelétrica ou para quaisquer outras finalidade e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos. O início das operações da Companhia depende da viabilização da construção do gasoduto de transporte de gás natural ligando o Estado do Pará ao gasoduto de transporte de gás natural que transportará esse gás para os Estados do Piauí e do Maranhão; existe também a possibilidade de esse gás chegar ao Estado do Pará por meio do transporte de Gás Natural Comprimido - GNC ou Gás Natural Liquefeito - GNL, fazendo uso de terminal de gaseificação de GNL projetado para a cidade de Barcarena, no Estado do Pará. A Companhia encontra-se em fase pré-operacional, sendo as suas atividades mantidas por meio dos aportes de recursos de seus acionistas. 2. Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das práticas contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros da Diretoria em 31 de janeiro de 2019. 2.1. Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. O principal ativo financeiro reconhecido pela Companhia é caixa e equivalentes de caixas. O principal passivo financeiro reconhecido pela Companhia é o contas a pagar a fornecedores. 2.2. Caixa e equivalentes de caixa: O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento normalmente se qualifica como equivalentes de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. 2.3. Outros ativos e passivos: Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. 2.4. Imobilizado: São apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. 2.5. Intangível: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo de aquisição, no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. 2.6. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: Julgamentos: A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. Estimativas e premissas: As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir. Valor justo de instrumentos financeiros: Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. Tributos: Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e o valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: A Companhia não possui contingências cuja avaliação das expectativas de perdas de seus assessores jurídicos seja "provável, possível e remoto". Assim, nenhuma provisão para perdas foi constituída. 2.7. Novos pronunciamentos contábeis: A Companhia, baseando-se detidamente na Orientação Técnica OCPC 7, avaliou as recentes normas contábeis "IFRS 16/ CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil", "IFRS 15 (CPC 47) - Receita de contrato com cliente" e "O CPC 48 - Instrumentos financeiros" e concluiu que não haverá qualquer alteração relevante de valores ou na sistemática de avaliação de seus ativos e receitas, bem como não acarretarão alteração na forma de apropriação dos resultados. 2. Caixa e equivalentes de caixa		
	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(1.080)	(1.069)
Ajustes de valores para reconciliar o resultado ao caixa e equivalentes de caixa gerados pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	3	3
Atualização monetária de créditos fiscais	(2)	-
	(1.079)	(1.066)
(Acréscimo) decréscimo dos ativos operacionais:		
Tributos a recuperar	(10)	20
Despesas antecipadas	-	2
	(10)	22
Acréscimo (decréscimo) dos passivos operacionais:		
Obrigações sociais a recolher	(2)	(4)
Tributos a recolher	(1)	1
Outras obrigações	1	(2)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(1.091)	(1.049)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisições do ativo intangível	(4)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(4)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	1.424	913
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	1.424	913
Acréscimo (decréscimo) de caixa e equivalentes de caixa	329	(136)
Demonstração do acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	301	437
No final do exercício	630	301
Acréscimo (decréscimo) de caixa e equivalentes de caixa	329	(136)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.		
	2018	2017
Caixa e bancos	2	3
Aplicações financeiras	628	298
Total	630	301
As aplicações financeiras são remuneradas por taxas de 87% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e são classificadas pela administração da Companhia como "Caixa e equivalentes de caixa", por serem consideradas ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.		
3. Tributos a recuperar	2018	2017
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF a compensar	6	9
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ a recuperar	34	22
	40	31
Circulante	(6)	(9)
Não circulante	34	22